

**UFPR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**

**MARTA CRISTINA FERREIRA PIZZI**

**QUAL É O LUGAR DA POBREZA NO CURRÍCULO**

**CURITIBA/PR**

**2016**

**UFPR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**

**MARTA CRISTINA FERREIRA PIZZI**

**QUAL É O LUGAR DA POBREZA NO CURRÍCULO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social, do Setor de Educação, da universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a).Dr(a). Lilian Medeiros

**CURITIBA/PR**

**2016**

**Resumo**

O presente trabalho visa contextualizar de forma sucinta as transformações ocorridas no currículo, sua prática e concepção, fazendo e associando o currículo e pobreza. Aborda e faz uma análise sobre a transformação do currículo ao longo do tempo e acrescenta as políticas inseridas para a Educação que visa o interesse dos pobres. É importante salientar que o artigo tem como meta analisar e verificar as mudanças que passaram o currículo, e principalmente a educação vinculada à pobreza e a desigualdade social atendida na demanda escolar. O referido artigo busca a contextualização das experiências sociais de pobreza dos alunos assistidos pelos Programas Bolsa Família, leis que a regulamentam e algumas considerações sobre o significado e a importância da educação para os alunos assistidos e atendidos pelo programa.

**Palavras-chaves:** Currículo. Trajetória. Bolsa Família.

## 1 INTRODUÇÃO

A prática pedagógica é um dos elementos fundamentais na educação, contudo não pode ser resumida a partir de uma única concepção muito pelo contrário, existem várias concepções de como se dá a construção das práticas pedagógicas.

A presente pesquisa utilizou-se de um estudo direcionado as fases do Currículo através de uma visão histórica e uma análise teórica sobre os tipos de Currículo.

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa e bibliográfica, utilizando livros, revistas e artigos com o intuito de conseguir o embasamento teórico necessário, posicionando melhor o leitor acerca do tema abordado.

No que se refere à pobreza e currículo o mesmo encontra-se pautado nos debates da educação e dos movimentos sociais do Brasil desde a época do descobrimento até os dias atuais. Foi necessário resgatar a história da educação desde os primórdios e então passar pelas diferentes constituições do Brasil até as produções acadêmico-científicas atuais para melhor abrangência do tema abordado.

O presente estudo justifica-se pelo fato de que a pobreza no currículo deveria possuir leis que as regulamentam, leis estas que precisam ser entendidas e aplicadas devidamente para que os educando filhos da pobreza seja ele morador da zona rural ou urbana possa ter seus direitos garantidos e mantidos.

Este estudo tem como objetivo verificar as concepções de currículo, analisar a situação de pobreza historicamente articuladas com o conhecimento e a cultura podem resgatar e valorizar a cultura dos educandos na realidade que os rodeia.

O procedimento metodológico qualitativo é embasado no estudo das teorias de alguns autores e de alguns documentos oficiais como: Arroyo (2012), Castro (2003), Constituição Federal (1934 e 1988) Lei de Diretrizes e Bases (nº 9394/96), Nascimento (2011), que enfatizam a trajetória da Educação ao longo da história, as Leis de regulamentação e o posicionamento do Estado em relação às práticas educativas dos que são assistidos por programas sociais brasileiros. Assim, os programas sociais ofertados às famílias em situação de pobreza serão estudados a partir da história do Brasil.

O tema foi escolhido por ser um assunto atual e muito discutido por gestores, professores, outros profissionais de ensino e outros estudiosos envolvidos no assunto, além de ser um tema bastante explorado pela peculiaridade, e que direta ou indiretamente

envolve toda a sociedade. O tema ganha maior relevância adicionado às questões relativas à qualidade de ensino que hoje o país apresenta.

## **2 O CURRÍCULO E A POBREZA**

### **2.1 Concepção de Currículo: considerações históricas**

Ao analisar a história do Brasil observa-se que desde a invasão dos portugueses em 1500, no século XVI, aqueles que estão à margem da pobreza e da pobreza extrema, quando nos deparamos aos elementos sociais e políticos de produção, somos obrigados a nos indagar sobre que coletivos são submetidos a ela. Coletivo esse que se diferem da raça, da etnia, do gênero, da classe social a qual pertence. São subtraídos aos direitos básicos comum de sua subsistência. Quijano (2005, p. 16) essa é uma história que perdura desde a colonização.

A produção dos pobres é articulada e reforçada com os processos sociais da produção dos diferentes como desiguais e inferiores. Nessa história social e política, se deu pela expropriação violenta de sua terra, seus territórios suas culturas, suas memórias, suas histórias, suas identidades, suas línguas, sua visão do mundo e de si mesmo. Esses coletivos foram e mantidos à margem da produção intelectual, cultural e ética da humanidade. Ou seja, perpetuando assim a desigualdade a esses coletivos. Conquistaram-se os índios para depois conquistar suas terras. Mas a exploração não terminou e posteriormente iniciou-se a exploração dos africanos e dos imigrantes pobres oriundos da Europa e do Oriente.

Para os colonizadores a exploração de índios, africanos e imigrantes tinha como objetivo contribuir para o progresso de uma nova nação e ao longo da história do Brasil o processo de exclusão social, político, econômico e cultural, sempre esteve presentes e eram tidos como algo “natural” e muitas vezes necessário.

Desde os anos de 1500 até os anos atuais, grande parte da população não tem acesso ou permanecia à educação, a escola brasileira sempre destinou - se atender as elites, este período negro (as), trabalhadores (as) rurais, mulheres e indígenas, pois, essa forma de segregação as classes precarizadas são ocultado não contemplando a pobreza no currículo.

No avançar da história observa-se que o padrão, ou modelo de educação brasileiro marcado pelos diferentes governos que vai do Império de 1822 ao século XX tinha como

prioridade a classe intelectual, os nobres em detrimento das classes discriminadas que eram e são os pobres, negros e índios.

Mesmo a população brasileira vivendo a margem da pobreza em sua grande maioria, a primeira Lei que advém do período imperial não valorizou as especificidades do currículo . De acordo com Nascimento (2011),

Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. (grifo do autor) A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas [...] (NASCIMENTO, 2011, p. 89).

No ano de 1838 foi feito um relatório em forma de documento onde constavam denúncias sobre as más condições da educação, entre elas, a precariedades dos prédios das escolas e a falta de materiais didáticos. O documento foi escrito por Coutinho, então ministro, seu relato indicava que estes problemas impediam consideravelmente a aprendizagem dos que estavam à margem da sociedade.

A escolarização da elite se intensificou com a Revolução Francesa, neste período o Brasil caracterizou-se por uma política educacional onde o objetivo principal era a industrialização da sociedade moderna sem nenhuma forma de humanização com as demais formas de organização da sociedade.

Mesmo com a proclamação da República, em 1889, a organização escolar no Brasil continuou a ser influenciada por processos condicionados a reprodução da pobreza. Naquele período nem todos os brasileiros tinham acesso à educação, este fato é possível comprovar através do grande número de analfabetos.

No ano de 1900 havia 75% de analfabetos, neste período a maioria da população residia no campo o que comprova a falta de valorização da educação em espaços empobrecida.

Sem duvida nenhuma é importante que na sua formação o professor conheça as diferentes classificações situadas temporalmente, tornando-se capaz de reconhecer os aspectos que configuram cada concepção curricular e saiba não só diferenciá-los conceitualmente, mas fazer a sua transposição para a sua prática docente.

No decorrer do processo histórico, os elementos do currículo aplicados ao processo didático sofrem influência de diferente teoria ou paradigma, modificando assim

seus conceitos. Sobre tudo em nossa história recente, nos últimos setenta anos, a partir da década de 1930, essas concepções têm sofrido muita variação. Com o intuito de distinguir os pressupostos adotados em cada teoria, passamos a apresentar os conceitos de ensino, aprendizagem, método e avaliação em cada uma das principais correntes teóricas adotadas no decurso da história da educação no Brasil.

## 2.2 Variações no Currículo

O Currículo Tradicional: nessa concepção, o pensamento é tido como uma capacidade de acumular e arquivar informações, evidenciando-se o aspecto cumulativo do conhecimento. O sujeito é considerado educado quanto maior for o volume de informação que tenha armazenado. O papel do professor pode ser resumido como dar a lição e tomara a lição, não se apresentando maior preocupação, sendo então, ensinar é somente transmitir informação e conhecimento já sistematizado e acumulado pela humanidade. Já para aprender era necessário adquirir informação que preparem o sujeito intelectual e moralmente para adaptar-se á sociedade. Quanto ao método, na pedagogia tradicional, a ênfase recai na transmissão coletiva do conhecimento, onde é usado o método expositivo, que tem como centro a figura do professor.

A concepção de avaliação aqui de acordo com Saraiva (1997)

“se restringe à evocação dos conhecimentos memorizados, que são feitas através de provas, interrogatórios orais e trabalhos escritos”.

Na configuração do Currículo Escolanovista, o conhecimento é considerado como uma construção contínua realizada pelo sujeito. Nesta teoria ensinar é criar condições que priorizam as atividades de aprendiz, tendo em vista o desenvolvimento dos seus aspectos cognitivo e considerando-o inserido numa situação social. Então aprender é ampliar as estruturas do próprio conhecimento ou, em outras palavras, implica em assimilar o objeto a esquemas mentais, e dar importância às experiências anteriores que o aprendiz já possuía.

Quanto ao método usado nessa teoria implica de que o aluno deve basicamente estar voltado à investigação, ao exercício das operações de pensamento e sobre tudo à valorização do trabalho em equipe que favoreça a autonomia e a cooperação entre os indivíduos. A avaliação, nesta teoria, verifica se o aluno já adquiriu noções, considerando-se principalmente a assimilação e a aplicação em situações variadas.

Quanto ao Currículo Tecnista o conhecimento é resultado da experiência, caracterizando-se pelo primado do objeto. O ensinar nessa teoria deve inspirar-se nos princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade, onde o estudante aprende e o professor planeja e desenvolve o sistema de ensino. Aprender, segundo esse conceito, é uma questão de mudança onde o indivíduo está desenvolvendo destrezas e habilidades necessárias para a execução de tarefas específicas. O método procura atender aos princípios da individualização, adequando-se ao ritmo próprio de cada aluno. Então, cabe à avaliação constatar se o aluno aprendeu e atingiu os objetivos propostos.

Na concepção do Currículo Crítico, ocorrem variações teóricas bastante significativas, onde são adotados os pressupostos que esboçam os conceitos de ensinar e aprender. Então aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta. Quanto ao método é usado o diálogo, onde educador e educando se posicionam como sujeito do ato de conhecimento. A avaliação não é responsabilidade do professor, mas, primeiro, de cada indivíduo, depois do grupo do qual faz parte o professor.

E por fim, o conceito de Currículo Pós-Crítico ou Inovador, que difere das concepções anteriores, pois agora os elementos didáticos do currículo exercem um forte papel instrumental, perdurando até hoje o conceito, tanto entre os profissionais da educação como em senso comum. Tal posicionamento vinculava o currículo à ideia de grade curricular como uma pauta para ser seguida e cumprida; a didática por sua vez estava ainda ligada a uma visão meramente prescritiva e instrumental. Na concepção pós-crítica, e também modificado o conceito de avaliação, nesta linha a avaliação se realiza unicamente de forma quantitativa. Quanto ao aluno a pauta será de aprendizagem, ou seja, destaca-se o desenvolvimento pelo aprendiz em sua capacidade de aprender a aprender, ou compreender como aprende e desenvolver estratégias capazes de aperfeiçoar sua condição de aprender.

Para o professor esse conceito sofre modificações, pois o papel do professor deixa de ser o de simplesmente dar respostas, orientado pela certeza e passa a ser o de criar dúvidas, fazer perguntas levando o aluno a pensar e a perguntar-se.

### **2.3 Concepção de Currículo: a história de discriminação continua**

Na década de 60 a educação universalizou-se, o objetivo era atender as demandas da presente economia. Fato este sempre presente, a educação direcionada para acompanhar o processo econômico e o novo modelo de sociedade. As escolas tornaram-se públicas, também destinadas aos pobres, à classe trabalhadora, mas não com a intenção de formar intelectualmente, sua finalidade era a formação de técnicos para a indústria. No decorrer da história, especificamente na década de 1970 a escola do Brasil excluiu as camadas baixas da sociedade, fato este comprovado pela desativação de inúmeras escolas nas áreas rurais, vários prédios ficaram em situação de abandono. Conforme afirma Castro (2003) além de excludente a escola:

[...] não se tornou uma instituição democrática. Ela não é acessível a todas as classes sociais [...]. Exige, portanto, que eles (os alunos) percebam o sentido de suas atividades e respondam a suas demandas [...] demonstra que é uma instituição burguesa, pois opera um modelo elitista ajustado apenas à realidade das classes privilegiadas (2003, p. 29).

O objetivo primordial é continuar produzindo de forma intencional com uma visão elementar a repetição e permanência da pobreza no currículo. Os estudantes sendo treinada nos colégios para legitimar esse círculo, mais uma vez a escola é usada para beneficiar interesses pessoais de uma minoria.

Fato este que impõe um estado permanente de conhecimentos falsos. Isso implica o direito do individuo uma realidade, de forma bem disfarçada pela política. Diante do caos, onde os alunos se evadem das escolas ficando à mercê da sorte.

Neste contexto pode-se perceber como era difícil fazer com que o aluno chegasse à escola, as políticas educacionais atrapalhavam esse acesso, ou pelo fato de os conteúdos não atenderem às necessidades. Não havia apoio por parte dos governantes no que se refere à articulação no processo de socialização. Na verdade, não cumpria a sua função social. Como não houve muitos avanços sociais, nem políticos nem econômicas várias políticas de ensino.

A Constituição de 1988 consta que deve haver, “[...] *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*” e que a “*educação, é direito de todos e dever do Estado e da família*” (CONSTITUIÇÃO, 1988, art. 205).

Apesar de o governo se considerar democrático, apesar da prescrição desse artigo, a igualdade de acesso à escola nunca foi real, quando em algum momento ela acontecia era por meio de lutas e conquistas feitas no decorrer de longos anos. É perceptível que a

referida Constituição contribuiu para que essa questão direcionasse a busca por direitos sociais até então renegados.

Atualmente, ainda permanece o desconforto falar em exclusão social, pois o neoliberalismo resiste a essa temática, afinal parte da sociedade se beneficia com a exclusão. Nas escolas contemporâneas a abordagem quanto às questões de exclusão são mal trabalhadas.

O que se observa por parte dos educadores é a falta de autoridade e conhecimento de causa para abordar tais assuntos, exemplo disso é a ideia do “descobrimento do Brasil”, que os índios eram aculturados e a escravidão como merecedora das classes inferiores. O mesmo ocorre com os coletivos empobrecidos, sua luta vai além de conteúdos e encaminhamentos adaptados, deve buscar avaliar e analisar por que o homem está à margem da economia, sociedade e política. Como em todas as épocas, no século XXI a educação tem-se mostrado tecnocrata, modelo urbano, que prepara o cidadão para o trabalho, não a verdadeira preocupação com emancipação. Neste sentido, relações sociais e nem sua cultura.

Apesar de a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) ter aspectos neoliberais, na lei nº 9394/96 foi proposto avanços nas políticas educacionais, assim na fala de Santana (2006) o mesmo afirmam:

*“não é possível negar o neoliberalismo presente no cotidiano escolar” e acrescenta “a subordinação da educação a valores de mercado [...]”.*  
Santana (p.54, 2006)

Tal questionamento leva a uma reflexão mais profunda sobre os problemas que precisam ser superados em relação à educação do campo. O Estado precisa compreender que a educação não pode ser tida como a continuidade da prática de segregação, ou seja, com escolas mal equipada, despreparada e desprovida de materiais didáticos.

A educação vai muito, além disso. Hoje o que se espera com os movimentos em prol da educação ampliado e fortalecido com o apoio e a participação de universidades e setores burocráticos do Estado. Quando se fala da participação do Estado há de entender que o mesmo se envolveu com o propósito de amenizar pressões bem como reorganizar as mudanças de acordo com seus interesses.

Diferentemente do modelo neoliberal de educação que a educação vem para construir a memória coletiva sobre o resgate da identidade do homem do campo por meio da educação de base junto às crianças, jovens e adultos.

É possível observar que há uma luta por resgatar a cultura, a formação de uma nova consciência em relação ao homem, porém percebe-se que nem mesmo os coletivos empobrecidos estão valorizando a sua realidade. Tão pouco as escolas se preocupam em desenvolver programas e projetos para reestruturar democraticamente a sociedade.

### **3 O Programa Bolsa Família**

As Políticas Sociais, ou seja, a intervenção do Estado nas questões sociais existentes vem contribuir para compensar a irregularidade social do país. Visto que para equilibrar a desigualdade é necessário que haja a intervenção do Estado para minimizar as diferenças sociais.

Para Cohn (1995), é preciso compreender que as políticas sociais que são voltadas para minimizar a pobreza, são ações com resultado imediato e ágil, direcionadas a classe mais necessitada, buscando a superação da pobreza, e possibilitando um crescimento sustentável destes indivíduos. Cohn (1995) sugere que as políticas sociais devem buscar:

A articulação entre aquelas (ações) de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizada naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho (COHN, 1995:6)

Para sanar parte da evasão escolar que assolava os alunos diante de situação de pobreza foram criados programas de proteção social. Dentre os programas o mais popular de proteção social que atinge em parte a população de baixa renda é o Programa Bolsa Família, antes nomeado de Fome Zero. O Programa ajuda as pessoas carentes com ajuda financeira para que seus filhos permaneçam na escola.

O Programa Bolsa Família, foi criado pela medida provisória no 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal.

Constituiu-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar, orientando-se pelos seguintes objetivos: combater a

fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL. MDS, 2006).

O Programa beneficia a população que tem renda per capita mensal de até R\$ 50,00, independentemente de sua composição e às famílias consideradas pobres, com renda per capita mensal de entre R\$ 50,01 e R\$ 100,00, desde que possuam gestantes, ou nutrizes, ou crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos. Nota-se que são famílias que necessitam do apoio do Estado para ampliar seu bem estar social.

Hoje o Programa Bolsa Família apresentou melhores condições de vida para a população carente, sendo o responsável da redução da desigualdade social e sendo o portador do aumento da renda familiar. De acordo com uma entrevista dada pela Petrobrás o Programa deu autonomia para as mulheres, provocando alterações significativas no âmbito social. A ouvidoria da Petrobrás, em uma reportagem, veiculou que:

O Bolsa Família dá mais autonomia às mulheres, maior inserção social e poder de compra, mais afirmação no espaço doméstico e ampliação do acesso a serviços públicos de educação e saúde. O aumento da presença nas decisões do lar e da comunidade e a melhoria na qualidade de vida foram alguns dos impactos do Bolsa Família no dia-a-dia das mulheres. É o que constata pesquisa qualitativa divulgada nesta quinta-feira, 08/03, pelo MDS e pelo Núcleo de Estudos sobre a mulher da Universidade de Brasília. (OUVIDORIA PETROBRÁS, 2007, p 2).

O sucesso do Programa é notado por todos, pois mesmo não sendo capaz de sanar todas as dificuldades enfrentadas na rotina diária das famílias pobres, tem a capacidade de diminuir a desigualdade social e a pobreza no Brasil, melhorando a vivências das famílias de baixa renda.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Bolsa Família foi responsável por um terço da queda na desigualdade no Brasil entre os anos de 2001 e 2004. A causa desta redução e da queda da desigualdade no Brasil se dá a uma expressiva melhoria no sistema de proteção social, onde um número muito grande de famílias pobres passou a ser beneficiada por uma transferência governamental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar a presente pesquisa foi possível conhecer as concepções de currículo definidas em cada estancias. Entende-se que é preciso olhar os fatos históricos que marcaram a educação no Brasil como prejuízo aos alunos menos favorecido e um descaso para com a maioria dos brasileiros.

Diante do atraso no reconhecimento das especificidades da inserção da pobreza no currículo, o objetivo agora é reconstruir a identidade de uma educação voltada a humanização e igualdade, sem privilegiar a classe dominante valorizando seus espaços culturais e social.

Outro aspecto a ser enfatizado é a quebra do preconceito com os menos favorecidos, eles mesmos precisam valorizar sua cultura, econômica, social e moral. A valorização da educação não deve se limitar para a minoria, mas a todos os brasileiros. A luta por melhorias deve ser constante e sempre avançar conforme avança o próprio país.

Ao finalizar é preciso enfatizar a importância das políticas sociais, estas que permitem uma melhor qualidade de vida para a população de baixa renda. O Programa mencionado o Bolsa Família que atende a pessoas necessitadas com o apoio do estado. Vale ressaltar que a finalidade deste programa é aliviar a situação de pobreza e minimizar a desigualdade social.

Porem no Currículo ainda precisa ser revisto e os programas sociais intensificados, mas ressalta-se que muito se avançou, houve avanços em vários aspectos, a exemplo de

leis, métodos pedagógicos e ou materiais didáticos, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade, uma educação que valorize sua cultura.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003, 2003. Cria o Bolsa Família, 2003.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui.htm)> Acesso em: 08 agosto 2016

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bd/câmara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bd/câmara/2762/ldb_5ed.pdf)>. Acesso em: 11 de agosto de 2016**

CASTRO, Gilda. **Professor submisso, aluno cliente: reflexões sobre a docência no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COHN, A. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas nº 12, jun./dez. 1995. Brasília. [www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12/parte1.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12/parte1.pdf). Acesso 02/08/2016

EYNG, Ana Maria. **Currículo escolar**. Curitiba: Ibpex, 2007  
FLEURI, Reinaldo M. (Org.) **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

*EYNG, Ana Maria. Currículo escolar. Curitiba: Ibpex, 2007.*

GROCHOSKA, M.A. **Organização escola: Perspectivas e enfoques**. Curitiba: Ibpex, 2011. – (Série Pesquisa e Prática Profissional em Pedagogia).

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial\\_intro.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html)>. Acesso em: 13 set. 2013.

\_\_\_\_\_; **Presidência da República**. Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004.

\_\_\_\_\_; **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família. Brasília, 2005, disponível na página [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) acesso em 20/03/2016.

<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf>

